

[Download PDF](#)



Agência iNFRA
iNFRAEnergia

Brasília, 24 de janeiro de 2025

edição 1.718

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Apagões](#) | [ANEEL](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

DISTRIBUIDORAS CITAM CUSTO DE ATÉ R\$ 2 BILHÕES COM COMPENSAÇÕES DE APAGÕES PROPOSTA PELA ANEEL

Geraldo Campos Jr. e Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

As distribuidoras de energia elétrica defendem junto à ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) que podem sofrer elevados impactos financeiros caso seja aprovada a [proposta](#) para que as concessionárias [paguem](#) uma compensação financeira aos consumidores pela demora no restabelecimento da energia em casos de eventos climáticos extremos. As empresas, assim como a CGU (Controladoria-Geral da União), sugeriram em contribuições à CP (Consulta Pública) 32/2024 que a reguladora realize mais estudos, com maior aprofundamento na metodologia.

Em sua [contribuição](#), o Grupo CPFL apresentou um estudo preliminar que indica que o mecanismo de compensações teria potencial para impactar o segmento de distribuição em R\$ 1,67 bilhão, em uma estimativa conservadora, caso estivesse vigente nos anos de 2023 e 2024. A cifra poderia chegar a R\$ 2 bilhões a depender das premissas e regras que serão adotadas pela ANEEL.

A Enel, que recebeu termo de intimação da ANEEL pela demora no restabelecimento do serviço em função de eventos extremos, apresentou [cálculos](#) individuais de compensações que chegariam a

R\$ 350 milhões para os seus consumidores em São Paulo, considerando os episódios dos anos de 2022 e 2023. Para o mesmo período, teria que ter pago outros R\$ 141 milhões no Rio de Janeiro e R\$ 85 milhões no Ceará.

Restabelecimento em 24h

O segmento pede que seja feita uma AIR (Análise de Impacto Regulatório) para avaliar os possíveis reflexos da medida nos contratos de concessão, e, conseqüentemente, nas tarifas de energia. Também é criticada a metodologia do novo indicador, batizado de Dise (Duração da Interrupção Individual ocorrida em Situação de Emergência por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão), e a franquia de horas proposta, de restabelecimento em no máximo 24 horas para consumidores urbanos e de 26 horas para a zona rural.

Segundo a Copel, a CP "não foi devidamente instruída" pela falta de realização de uma AIR e, diante disso, a ANEEL precisará instaurar uma segunda etapa da consulta pública com a devida instrução de análise de impacto, "de modo a assegurar a legalidade do processo decisório e a qualidade das normas a serem propostas", afirmou em seu [ofício](#).

A consulta teve a fase de contribuições encerrada em 19 de dezembro. Foram feitas 72 sugestões, que agora estão sendo avaliadas pela área técnica da ANEEL para serem encaminhadas posteriormente à diretora Agnes Costa, relatora do processo que inclui outras medidas para reforçar a resiliência das redes ante a eventos extremos.

"Medida ilegal"

Em sua [contribuição](#), a Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) afirmou que a proposta configura-se como ilegal ante o Código Civil Brasileiro, alegando que as empresas "não podem suportar a responsabilidade de compensação financeira para o consumidor em decorrência de um evento imprevisível, inevitável, cuja ocorrência caracteriza hipótese de caso fortuito e força maior à luz do Código Civil, nem tampouco pode a regulação estabelecer obrigação materialmente impossível de cumprir".

Segundo a entidade, ao estabelecer "obrigação de impossível cumprimento nos casos de eventos climáticos extremos", a ANEEL criaria na prática uma "penalidade para uma hipótese em que a legislação brasileira caracteriza como excludente de responsabilidade, tornando a proposta ilegal".

Para a Enel, seria uma incongruência obrigar as concessionárias a arcar financeiramente por prejuízos que não causaram diretamente, "mesmo que regulatória e juridicamente as distribuidoras não sejam consideradas responsáveis pelos efeitos dos eventos extraordinários". A empresa diz que a interpretação "desafia a lógica do dispositivo regulatório que rege as ISE (Interrupção em Situação de Emergência) e contraria os princípios jurídicos do conceito de caso fortuito e força maior".

Impacto maior para algumas regiões

A Abradee afirmou que o mecanismo como está proposto pesaria mais sobre algumas distribuidoras. Uma simulação preliminar realizada pela associação, considerando dados abertos

dos anos de 2023 e 2024, indicou que 55% do total de compensações pagas seriam destinados pelas distribuidoras que atuam na região Sul do país. "Tal efeito não se deve a qualquer ineficiência das empresas que atendem a região, mas tão somente pela maior incidência de eventos climáticos extremos", sustentou.

Só no caso do Rio Grande do Sul, que enfrentou a maior enchente da sua história em maio de 2024, a associação das distribuidoras calculou que as duas distribuidoras de grande porte que atuam no estado seriam responsabilizadas pelo pagamento de mais de R\$ 400 milhões em compensação aos consumidores com serviço interrompido durante o desastre natural daquele mês.

A Light também citou no seu [ofício](#) o [Decreto 12.068/2024](#), que traz as premissas para a renovação das concessões de distribuição. A empresa afirma que a proposta contraria o texto por não adotar um tratamento diferenciado de regiões de maior complexidade operacional. Assim, pediu que sejam criadas regras específicas para esses locais de maior incidência de eventos extremos e com mais áreas de restrição operativa, como é o caso da distribuidora.

Já o Grupo Energisa [elencou](#) exemplos de impedimento de religação em 24 horas, como enchentes ocorridas no estado do Acre em fevereiro de 2024, onde parte das regiões da capital ficaram tomadas pelas águas por cerca de 10 dias. E o caso inverso em localidades rurais do Norte, onde nos períodos secos em que há redução dos níveis dos rios, há impedimento de locomoção das equipes para determinadas regiões somente acessíveis por meio fluvial, sendo inviável a atuação em 26 horas.

CGU sugere mais estudos

Segundo a controladoria, a criação do indicador "surge como uma necessidade frente ao aumento de eventos climáticos extremos que ocasionaram a falta de energia elétrica a inúmeros consumidores que por diversas vezes sofreram prejuízos materiais devido ao enorme tempo necessário para o restabelecimento completo do fornecimento de energia, mas que não era abarcado pelos ressarcimentos previstos na regulamentação".

A nota técnica da CGU sugere que a ANEEL avalie melhor o enquadramento do indicador na regulação e se nos últimos anos tem ocorrido extensão inadequada pelas distribuidoras nos enquadramentos de declarações de situação de emergências emitidas pelos órgãos públicos em áreas não afetadas.

A [nota técnica](#) diz que há "a necessidade de reavaliar se está ocorrendo um grande número de decretos emitidos por órgão competente em que as concessionárias aproveitam essa situação para enquadrar todas as interrupções nessa categoria, ou se o enquadramento está ocorrendo por meio da equação que poderia tanto necessitar de reavaliação dos seus valores ou a manipulação dos dados para que ocorra o enquadramento favorável".

RAUL LISBOA PEDE EXONERAÇÃO DA PROCURADORIA-GERAL DA ANEEL; EDUARDO ESTEVÃO É COTADO À VAGA

da Agência iNFRA

O procurador-geral da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), Raul Pereira Lisboa, pediu exoneração da cadeira nesta semana por razões pessoais, informaram fontes à **Agência iNFRA**. O subprocurador-geral, Eduardo Estevão Ramalho, é o principal cotado para assumir a vaga de procurador-chefe da União junto à reguladora.

Segundo fontes, não há oposição na diretoria quanto ao nome de Ramalho. A indicação cabe ao diretor-geral, Sandoval Feitosa, junto ao advogado-geral da União, Jorge Messias, conforme o [Decreto 11.910](#), publicado em fevereiro de 2024.

Eduardo Estevão atua na Procuradoria da ANEEL desde dezembro de 2008, ocupando o posto de subprocurador-geral desde 2016.

Escolha conturbada

Raul Lisboa assumiu o cargo de procurador-geral em novembro de 2023 no lugar do então procurador Luiz Eduardo Diniz, após atritos na diretoria sobre a condução do processo para a nomeação de um novo procurador-geral.

Os diretores Fernando Mosna e Ricardo Tili disseram durante uma reunião pública da diretoria em agosto daquele ano que o nome sugerido pelo diretor-geral inicialmente, do advogado-geral Paulo Firmeza, não foi discutido pelo colegiado. Em seguida, eles deixaram a reunião, não havendo quórum para deliberações.

A Procuradoria Federal junto à ANEEL é vinculada à AGU (Advocacia-Geral da União), sendo composta por procuradores efetivos da União. O órgão tem como atribuições a representação judicial e extrajudicial da agência, como também a prestação de assessoria jurídica.



Diretoria da ANP - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) [convocou](#) **Mariana Cavadinha Costa da Silva** para exercer interinamente o cargo de diretora a partir de 26 de janeiro, na vaga decorrente do encerramento do mandato de Cláudio Jorge Martins de Souza.

Consulta prorrogada - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) [prorrogou](#) até o dia 10 de fevereiro o prazo para envio de contribuições à Consulta Pública 36/2024, que visa revisar o valor de referência de O&M (operação e manutenção) da tecnologia solar fotovoltaica para fins de reembolso da CCC (Conta Consumo de Combustíveis).

Encargo da CDE - [Despacho 148](#) da ANEEL fixa os valores das quotas referentes ao encargo da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), para o mês de novembro de 2024. O prazo para recolhimento vai até o dia 10 de fevereiro.

Proinfa - [Despacho 149](#) da ANEEL fixa os valores das quotas de custeio referentes ao Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica), para o mês de março de 2025. O prazo para recolhimento vai até o dia 10 de fevereiro.

Operação comercial - [Despachos](#) da ANEEL autorizam o início da operação de unidades geradoras de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Recursos hídricos - A ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico) aprovou emissão de outorgas de direito de uso de recursos hídricos à Engie Brasil, no rio Iguaçu para aproveitamento hidroelétrico em São Jorge D'Oeste (PR), e à Chesf, para aproveitamento hidroelétrico do rio São Francisco, em Petrolândia (PE).

Vazões reservadas - A ANA [declarou](#) reservada à ANEEL a disponibilidade hídrica caracterizada pelas vazões naturais afluentes, subtraídas das vazões médias destinadas ao atendimento de outros usos consuntivos a montante, e eventuais vazões destinadas a mecanismos de transposição de peixes e de embarcações, além de vazões remanescentes em eventual trecho de vazão reduzida. As vazões reservadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica do aproveitamento hidrelétrico da PCH Catumbi.



Lula, de manhã - O presidente da República conversa, às 9h, com o ministro da Secom (Secretaria de Comunicação Social), Sidônio Palmeira, e o secretário de Imprensa, Laércio Portela. Às 9h30, reúne-se com os ministros Rui Costa (Casa Civil); Fernando Haddad (Fazenda); Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária); Esther Dweck (Gestão e da Inovação em Serviços Públicos); Paulo Teixeira (MDA - Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar); os secretários do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa; do MDA, Fernanda Machiaveli; e de Política Econômica da Fazenda, Guilherme Mello; além do diretor-presidente da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), Edegar Pretto.

Lula, à tarde - Às 14h40, participa de reunião com o secretário especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcos Rogério de Souza. Em seguida, às 15h, conversa com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e os prefeitos do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e de Niterói (RJ), Rodrigo Neves. Às 16h, conversa novamente com os ministros Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos) e Sidônio Palmeira (Secom).

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia não tinha compromissos oficiais divulgados na agenda de hoje (24) até o fechamento desta edição.

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda participa de reunião com o presidente da República, Lula, e ministros do governo, às 9h30, no Palácio do Planalto. Às 15h, reúne-se com Mathieu Lebegue, diretor regional da Stoa Infra e Energy, para discutir as dificuldades econômicas enfrentadas pelos produtores de energias renováveis no Nordeste. Participam também representantes da CPFL Energia, Echoenergia, e Spic Brasil.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Não houve movimentação entre as propostas legislativas de interesse do setor que são acompanhadas pelo iNFRAMonitor.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Não houve apresentação de propostas legislativas relevantes para o setor.

FIQUE DE OLHO

Fórum Econômico Mundial - O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, encerrou, nesta quinta-feira (23), a participação do Brasil no Fórum Econômico Mundial com uma série de reuniões estratégicas. Silveira discutiu a transição energética global com líderes do setor, destacando o apoio do Brasil à África do Sul, que presidirá o G20 em 2025, e sua parceria com países africanos no combate à pobreza energética. Silveira também reuniu-se com Fatih Birol, da IEA (Agência Internacional de Energia), para discutir ações de cooperação. Confira a íntegra da agenda [neste link](#).

Marcos regulatórios - O ministro destacou, durante o Fórum Econômico Mundial, que a regulação das políticas públicas é crucial para atrair investimentos no setor energético. Ele mencionou os avanços do Brasil com marcos legais como o Combustível do Futuro, Hidrogênio Verde, Eólicas Offshore e o Paten (Programa de Aceleração da Transição Energética). Saiba mais [neste link](#).

Transição energética - Silveira afirmou que não há transição energética justa enquanto houver pobreza energética. Ele destacou a prioridade do Brasil na universalização da energia elétrica e de tecnologias limpas, e se comprometeu a compartilhar experiências e tecnologias brasileiras com países africanos para ajudar no combate à pobreza energética. Mais informações [neste link](#).

Carga do SIN - Na última quarta-feira (22), às 14h30, o SIN (Sistema Interligado Nacional) alcançou 102.924 MW (megawatts) de carga instantânea, superando a marca anterior de 102.478 MW em março de 2024. Na terça-feira (21), o SIN também atingiu carga média recorde de 91.645 MWmed. Saiba mais [neste link](#).

Comercialização em UHEs - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) autorizou a abertura de [consulta pública](#) para revisar as regras da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) relacionadas ao controle de performance de hidrelétricas não despachadas centralizadamente e com participação opcional no MRE (Mecanismo de Realocação de Energia). As contribuições podem ser enviadas até 7 de março para o e-mail cp001_2025@aneel.gov.br.

Encontro do PLD - A CCEE disponibilizou a gravação do Encontro do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) realizado na última quarta-feira (22). Confira [neste link](#).

Investimentos no Ceará - A Enel anunciou um plano de investimento de R\$ 7,4 bilhões no Ceará entre 2025 e 2027, um aumento de 54% em relação aos R\$ 4,8 bilhões previstos no ciclo anterior (2024-2026). O anúncio foi feito durante encontro com o governador Elmano de Freitas e executivos da empresa. Mais informações [neste link](#).

Manutenção em Belo Monte - A Norte Energia concluiu a manutenção das 24 turbinas do Complexo Hidrelétrico Belo Monte, no Pará. Com capacidade de geração de 11.233 MW, o complexo atende 10% da demanda energética do Brasil.

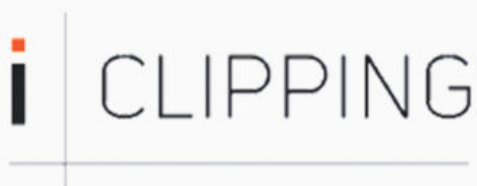
Debêntures - A Taesa (Transmissora Aliança de Energia Elétrica) [concluiu](#) a captação de recursos de longo prazo por meio da 17ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$ 650 milhões.

GT do mercado de combustíveis - A primeira reunião do GT (Grupo de Trabalho) sobre diretrizes para mercados de combustíveis aquaviários, de aviação e GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), que discute iniciativas como SAF (combustível sustentável de aviação), combustível sustentável de navegação e BioGLP, foi realizada nesta quinta-feira (23). No primeiro encontro, foi aprovada a criação de cinco subgrupos, além de definidos os líderes, cronograma e regras de governança. Saiba mais [neste link](#).

Combustíveis em leilão - O MME (Ministério de Minas e Energia) publicou no Diário Oficial da União desta quinta-feira (23) [portaria](#) que atualiza os critérios de cálculo de índices e preços de combustíveis para contratos de leilões. A medida inclui índices de biodiesel (B100) e etanol, visando promover maior competitividade para termelétricas movidas a biocombustíveis. Mais informações [neste link](#).

Operação no Campo de Tartaruga - A Petrobras [informou](#), nesta quinta-feira (23), que iniciou a fase vinculante para a cessão total de sua participação de 25% nos direitos de exploração, desenvolvimento e produção de óleo e gás no Campo de Tartaruga, em Pirambu (SE), na Bacia de Sergipe-Alagoas, operado pela PetroReconcavo.

Revisão de ativos de mineração - A Vale informou, nesta quinta-feira (23), que sua subsidiária Vale Base Metals iniciou uma revisão estratégica dos ativos de mineração e exploração em Thompson, Manitoba, com a possibilidade de venda. De acordo com o [comunicado](#), a revisão faz parte de um processo de otimização do portfólio de níquel integrado da empresa, com conclusão prevista para o segundo semestre de 2025.



[Silveira se reúne com Bill Gates para discutir energia nuclear](#)

Ministro, que esteve em Davos por três dias, foi o único representante do governo brasileiro no

Fórum. (Folha de S. Paulo)

Neoenergia troca toneladas de lixo por descontos na conta de luz

Distribuidoras recebeu 2,5 toneladas de resíduos em troca de R\$ 1,4 milhão de abatimento nas faturas. (Folha de S. Paulo)

BV capta US\$ 150 milhões com o Banco Mundial para financiar painéis solares

Com os recursos, o banco vai poder dar empréstimos de até oito anos para pessoas físicas. (Estadão)

Gasolina com 30% de etanol já é testada no Brasil

O Ministério de Minas e Energia escolheu o Instituto Mauá de Tecnologia, de São Paulo, para realizar os experimentos que vão atestar a viabilidade técnica sobre a possibilidade de aumentar a proporção para 30% ainda neste ano. (Valor)

São Martinho faz captação de US\$ 165 milhões com a IFC

O crédito será usado na implantação da primeira planta de biometano da companhia. (Valor)

Calotes e processos afetam programa de biocombustíveis

Com 41 ações na Justiça, empresas descumprem metas do RenovaBio, ação do governo federal que incentiva a produção de biocombustíveis. (Estadão)

Presidente da COP30 diz que ausência dos EUA aumenta desafios para consenso e cobra decisão do Brasil sobre Margem Equatorial

Embaixador afirma que conferência em Belém terá como desafio encontrar soluções para financiar medidas de combate ao aquecimento global. (O Globo)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

–

Artes:

–

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

